



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

## PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3543/2024

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2024.

Processo nº 0825771-02.2024.8.18.0001,  
ajuizado por

Trata-se de Autora, de 60 anos de idade, **internada** na **Unidade de Pronto Atendimento Senador Camará**, em **07/08/2024**, proveniente da Clínica da família com diagnóstico de **insuficiência cardíaca** (CID 10: I50) e fração de ejeção de 60% ao ecocardiograma em 26/6/24. No momento de emissão do documento médico, apresentando ainda edema de membro inferior e ascite, aguardando **transferência** para **unidade com suporte cirúrgico cardiológico** (Num. 136008614 - Pág. 1).

De acordo com histórico em documentos médicos acostados:

A Autora inicialmente se encontrava internada no Hospital Municipal da Piedade, com quadro de endocardite mitral e aórtica, gerando insuficiência mitral e aórtica moderadas, sendo realizados exames cardiológicos, com solicitação de transferência, em **28/02/24**, para unidade com suporte cardiológico para tratamento (Num. 105512409 - Pág. 9; Num. 105512409 - Pág. 10).

Em documento médico do Hospital Universitário Pedro Ernesto datado de **28/03/2024** (Num. 133097264 - Pág. 1), consta que a Autora se encontrava internada naquela unidade sem previsão de alta desde o dia 16/3/24, devido ao quadro de endocardite em valva mitral e aórtica graves. Já tratada para endocardite, sem febre, hemodinamicamente estável **aguardando programação cirúrgica para dupla troca valvar**.

Em outro documento médico do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Num. 133097265 - Pág. 1) este datado de **14/05/2024**, consta que a Autoa com história recente de endocardite infecciosa, foi tratada por 40 dias com antibioticoterapia e **aguarda procedimento de troca valvar**.

Acostado ainda, consta encaminhamento pela Clínica da Família datado de **26/07/2024**, para consulta especializada (Num. 134155246 - Pág. 1 ; Num. 134155250 - Pág. 1), contendo a informação de que a Autora esteve em internação de janeiro até abril no Hospital Universitário Pedro Ernesto, com melhora clínica apesar de doença valvar, em acompanhamento na cardiologia da Policlínica Piquet Carneiro e **aguardando cirurgia**. No entanto, iniciou com dispnéia e edema em membros inferiores importante dia 19/7/24 além de ascite volumosa.

A **insuficiência cardíaca** (IC) é a via final de muitas doenças que afetam o coração, o que explica a sua crescente prevalência. A atenção aos pacientes com IC é um



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

desafio pelo caráter progressivo da doença, a limitação da qualidade de vida e a alta mortalidade<sup>1</sup>.

Diante do exposto, informa-se que a **transferência** para internação em **unidade com suporte cardiológico**, para tratamento de insuficiência cardíaca **está indicada** para o manejo do quadro clínico apresentado pela Autora (Num. 136008614 - Pág. 1). Elucida-se que, **somente após a avaliação do médico especialista (cardiologista)** que irá assistir a Autora, poderá ser definida a conduta terapêutica mais adequada ao seu caso.

Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), o leito **está coberto pelo SUS**, além de consulta médica em atenção especializada (03.01.01.007-2), assim como tratamento de insuficiência cardíaca (03.03.06.021-2) e diversos procedimentos cirúrgicos sob distintos códigos de procedimento, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP).

Para regulamentar o acesso aos procedimentos em cardiologia incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade (Anexo XXXI), prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Cardiologia Regional de cada unidade federada.

Nesse sentido, no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite a CIB-RJ nº 5.890 de 19 de julho de 2019 que aprova a recomposição da **Rede de Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro**<sup>2</sup>. Assim, **o Estado do Rio conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção cardiológica e suas referências para as ações em cardiologia de média e alta complexidade por Região de Saúde no Estado do Rio de Janeiro.**

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Protocolo Clínico e Diretrizes terapêuticas. Diretrizes Brasileiras para Diagnóstico e Tratamento da Insuficiência Cardíaca com Fração de Ejeção Reduzida. Disponível em :< <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/arquivos/2022/portal-portaria-conjunta-no-17-diretrizes-brasileiras-icfer-1.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2024.

<sup>2</sup> A Deliberação CIB-RJ nº 5.890 de 19 de julho de 2019 que pactua as Referências em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/650-2019/julho/6520-deliberacao-cib-rj-n-5-890-de-19-de-julho-de-2019.html>>. Acesso em: 03 set. 2024.

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: < <http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 03 set. 2024.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Neste sentido, foi realizada consulta junto à plataforma do Sistema Estadual de Regulação – SER, onde verificou-se que:

- Em 28/02/2024 a Autora foi inserida sob ID 5297174 com **solicitação de internação**, para **plástica valvar e/ou troca valvar múltipla** (0406010820), com situação atual: **alta**, pela unidade executora Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE (Rio de Janeiro), sob a responsabilidade da CREG Metropolitana I - Capital.
  - Neste sentido, consta informação em documento Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (Num. 111265901 - Pág. 4), que a solicitação acima referida foi atendida, com a regulação da Autora, no dia 16/3/24 para o Hospital Universitário Pedro Ernesto.
  - Entretanto, consta em documento médico do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Num. 133097265 - Pág. 1) datado de **14/05/2024**, que a Autora com história recente de endocardite infecciosa, foi tratada por 40 dias com antibioticoterapia e **aguarda procedimento de troca valvar**.
- Em 26/7/2024 a Autora foi inserida sob ID 5230050 pela **Unidade de Pronto Atendimento Senador Camará**, com **solicitação de internação**, para **tratamento de insuficiência cardíaca** (0303060212), com situação atual: **internado**, sob a responsabilidade da CREG Metropolitana I - Capital.

Desta forma, entende-se que embora **a via administrativa esteja sendo utilizada, até o presente momento não houve a resolução da demanda relacionada ao tratamento cardiológico necessário.**

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde<sup>4</sup> foi encontrado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida - definida como fração de ejeção < 50%, o que não se enquadra ao caso da Autora.

**É o parecer.**

**Ao 1º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**ANNA MARIA SARAIVA  
DE LIMA**  
Enfermeira  
COREN/RJ 170711  
Mat. 1292

**RAMIRO MARCELINO RODRIGUES  
DA SILVA**  
Assistente de Coordenação  
ID. 512.3948-5  
MAT. 3151705-5

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**  
Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02

<sup>4</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>>. Acesso em: 03 set. 2024.